



16 DE DEZEMBRO DE 2015

Quarta-feira

- AUDIÊNCIA ENTRE LG E SINDICATO PARA REVERTER CORTES TERMINA SEM ACORDO
- PLANO DE DEMISSÕES DA VOLVO TEM 500 ADESÕES EM CURITIBA
- UNIÃO ENTRE EMPRESAS, UNIVERSIDADES E GOVERNOS INCENTIVA AMBIENTE DE NEGÓCIOS
- FISCO NOTIFICA 320 MIL PARANAENSES POR DÍVIDAS COM O ESTADO
- COTA PARA PRODUTOS COMPRADOS NO EXTERIOR VAI CAIR EM JULHO DE 2016
- GOVERNO REDUZ META FISCAL E CRIA POSSIBILIDADE DE ZERÁ-LA EM 2016
- APÓS ACORDO, FUNCIONÁRIOS DA DEDINI RETOMAM ATIVIDADES EM PIRACICABA
- CONGRESSO MANTÉM VETO DE DILMA À DESAPOSENTADORIA
- UM DIA APÓS FECHAR AS PORTAS, ESTALEIRO ILHA PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- ARTIGO: CAPITALISMO
- POR QUE O DESASTRE EM MARIANA GEROU PROCESSO CONTRA A VALE NOS EUA
- GOVERNO ANUNCIA PLANO DE INCENTIVO À GERAÇÃO CASEIRA DE ENERGIA
- RECEITA IDENTIFICA 730 EMPRESAS COM CONTRATOS IRREGULARES COM A UNIÃO
- ANEEL ESTUDA CRIAR NOVA BANDEIRA TARIFÁRIA NA CONTA DE LUZ
- QUEDA DO PREÇO DO MINÉRIO TESTA GRANDES MINERADORAS
- BNDES DARÁ MORATÓRIA À INDÚSTRIA DE MÁQUINAS, DIZ ABIMAQ
- FOX, MARCH E VERSA FALHAM AO PROTEGER CRIANÇAS; HILUX GABARITA
- ESTALEIROS DO RIO DEMITIRAM MAIS DA METADE DOS FUNCIONÁRIOS EM 2015
- AÇÃO DA WEG SEGUE NA 2ª PRÉVIA DO IBOVESPA, QUE MANTÉM MUDANÇAS JÁ ANUNCIADAS
- SINDICALISTAS E EMPRESÁRIOS DEBATEM PROPOSTAS PARA RETOMAR CRESCIMENTO ECONÔMICO
- FOLHA DE PAGAMENTO DE DEZEMBRO NO eSOCIAL ESTARÁ DISPONÍVEL A PARTIR DO DIA 21

- SUBSIDIÁRIA DA GM NA EUROPA, OPEL TENTA FUGIR DO DIESELGATE
- RENAULT DO BRASIL PRODUZ CABEÇOTES DE MOTOR PARA A EUROPA
- VW EXPORTA BLOCOS DE TRÊS CILINDROS À ALEMANHA

CÂMBIO EM 16/12/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,940	3,941
Euro	4,305	4,306

Fonte: BACEN

Audiência entre LG e sindicato para reverter cortes termina sem acordo

14/12/2015 – Fonte: G1



A audiência de conciliação entre a LG e o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté terminou sem acordo na tarde desta terça-feira (15). O encontro foi no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Campinas (SP). A principal reivindicação do sindicato era o cancelamento das 453 demissões deste mês. Por conta do impasse, o caso vai para a Justiça.

A audiência começou às 14h30 e terminou pouco mais de duas horas depois. Inicialmente o sindicato pediu a readmissão dos ex-funcionários, acompanhado da abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV), a implantação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) - que reduz salários e jornada - além da suspensão dos contratos de trabalho, o 'layoff'.

Durante a audiência, após a LG recusar a proposta, o sindicato fez uma contraproposta de reversão de metade das demissões.

Os advogados da LG declararam que não há possibilidade de reverter nenhuma demissão, mas propuseram um mês adicional de salário para cada demitido como forma de abono, aumento do plano de saúde de três para quatro meses aos dispensados e estabilidade de 90 dias para os 1,4 mil trabalhadores remanescentes.

O representante do Ministério Público do Trabalho sugeriu a suspensão das demissões por 30 dias para análise dos critérios e a implantação de um Programa de Demissão Voluntária (PDV).

Como não houve acordo, o caso será julgado pelo TRT. A data do julgamento ainda não foi definida. A LG informou, por meio de nota, que mantém aberto o diálogo com o sindicato para amenizar os impactos das demissões.

O Sindicato dos Metalúrgicos foi procurado para comentar o resultado da audiência de conciliação, mas nenhum representante foi localizado até a publicação desta reportagem.

Crise

A LG justificou que fez as demissões por conta da crise econômica que atinge o país. No caso da multinacional, que produz celulares, monitores e televisores, a crise provocou uma forte queda nas vendas.

“Diante de uma redução na sua produção de 70%, a empresa foi obrigada a realizar o desligamento de aproximadamente 25% dos trabalhadores da fábrica no dia 4 de dezembro, sendo que todos os desligamentos previstos já foram comunicados aos funcionários envolvidos”, declarou em nota.

Durante todo o ano de 2015, a empresa afirma que tomou diversas medidas para tentar reduzir os impactos da crise em seus negócios. Entre as medidas tomadas na fábrica da LG em Taubaté estão férias coletivas concedidas por 16 vezes ao longo do ano, compreendendo 3.550 trabalhadores. Foram abertos Programas de Demissão Voluntária em quatro ocasiões.

A LG afirma ainda que analisou as possibilidades oferecidas, como o PPE e o layoff, mas que essas alternativas não atendem às necessidades de redução de custos da empresa no curto e médio prazo.

Tensão

Na última semana, houve confusão na porta da fábrica da LG em Taubaté entre membros do sindicato e funcionários que não aderiram à greve. A paralisação começou há mais de 10 dias e tem adesão de parcela dos trabalhadores. Policiais Militares foram chamados para fazer uma escolta para que os trabalhadores pudessem ter acesso à fábrica.

Plano de demissões da Volvo tem 500 adesões em Curitiba

14/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Cerca de 500 funcionários aderiram ao plano de demissões voluntárias (PDV) que a Volvo lançou em meados do ano e encerrou no início deste mês. Cada um receberá de 1,5 a quatro salários nominais, conforme o tempo de casa. Até novembro, a montadora empregava 3,5 mil pessoas em seu complexo fabril na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

A companhia vinha salientando, desde o fim do primeiro semestre, que a forte retração do mercado brasileiro havia levado ao fechamento de um dos turnos de produção, criando um excedente de aproximadamente 600 empregados em seu quadro de pessoal.

A maioria dos funcionários que deixaram a empresa fazia parte de um grupo que teve os contratos de trabalho suspensos pelo regime de layoff no segundo semestre deste ano.

Pela legislação trabalhista, essas pessoas não têm mais direito ao seguro-desemprego pago pelo governo, pois já o receberam enquanto estiveram afastadas do trabalho. Mas as que aderiram ao PDV receberão da Volvo valor equivalente ao benefício – algo próximo de R\$ 6,5 mil por trabalhador, segundo a assessoria de imprensa da montadora.

Vendas em queda

O complexo da Volvo na CIC tem cinco fábricas: de caminhões, chassis de ônibus, cabines, caixas de câmbio e motores. Todas tiveram sua produção reduzida em razão da crise econômica.

Segundo a Anfavea, que reúne as montadoras brasileiras, as vendas de caminhões da Volvo despencaram 56% no acumulado de janeiro a novembro. A empresa vendeu 7,7 mil unidades no mercado nacional, 10 mil a menos que no mesmo período de 2014.

O recuo da Volvo acompanhou o desempenho dos dois mercados em que ela atua, de veículos pesados (cujas vendas caíram 61% no país) e semipesados (-48%).

No caso dos ônibus, cujo mercado encolheu 38%, as vendas da montadora tiveram queda de 50%, de 1,6 mil nos 11 primeiros meses de 2014 para pouco menos de 800 unidades neste ano.

Os resultados do mercado externo também recuaram, em dólares. De janeiro a novembro, a montadora exportou US\$ 310 milhões, 11% abaixo das receitas registradas um ano antes.

Nesse caso, no entanto, a desvalorização do real ajudou – na conversão para a moeda brasileira, o faturamento com as vendas ao exterior certamente cresceu neste ano.

União entre empresas, universidades e governos incentiva ambiente de negócios

14/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A combinação de capital humano qualificado, infraestrutura adequada, ambiente regulatório, acesso a capital e custos operacionais baixos fazem de uma cidade um local apropriado para o desenvolvimento de negócios.

Os municípios que são destaques em rankings sobre o tema apresentam equilíbrio entre esses fatores, fruto das ações desenvolvidas por atores públicos e privados.

É o que o ambiente acadêmico chama de tríplice hélice, ou seja, a atuação conjunta de governo, universidades e instituições privadas para a promoção da inovação.

Quando isso acontece no âmbito municipal, temos um polo de atração de empreendedores em busca de eficiência. Em comum, essas regiões apresentam índices econômicos e sociais superiores à média nacional.

“As cidades boas para negócios têm ambientes propícios à inovação como parques tecnológicos e incubadoras, polos acadêmicos importantes e reconhecidos e lideranças que puxam o local para o empreendedorismo”, diz a presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Francilene Garcia.

São os casos de Florianópolis e Recife, duas capitais potencialmente turísticas, mas que pautaram o desenvolvimento econômico no setor de tecnologia. Na capital catarinense, o setor é o maior arrecadador de impostos municipais.

Em Recife, o Porto Digital, parque tecnológico fundado em 2000, ajudou a revitalizar a região do centro histórico do município e desenvolveu os segmentos de Tecnologia da Informação e Comunicação e Economia Criativa.

Mão de obra

Para quem busca custos operacionais baixos e disponibilidade de mão de obra, o lugar ideal é Fortaleza, segundo estudo da consultoria internacional Towers Watson.

Equilíbrio

Líder do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor, a cidade de São Paulo retrata a importância do equilíbrio. A capital paulista apresenta resultados consistentes em mercado, acesso a capital, infraestrutura e inovação.

É nela que estão quase 60% de todos os investimentos de capital de risco do país. O PIB paulistano é de aproximadamente R\$ 500 bilhões, o que representa cerca de 10% da produção nacional.

O coordenador de conteúdo e inovação da consultoria Urban Systems, Willian Rigon, avalia que cidades que têm economias mais dinâmicas, como o caso de São Paulo, conseguem ter crescimento econômico elevado, já que não ficam reféns de um único setor produtivo.

Riqueza

Outro exemplo é a campeã do ranking de melhores cidades para negócios da Urban Systems: Barueri. A cidade tem o maior PIB per capita (R\$ 134.644) dentre os municípios com mais de 100 mil habitantes. A localização privilegiada e a conclusão da parte Oeste do Rodoanel fazem do potencial logístico da região a principal arma na atração de empresas.

Curitiba é referência em gestão pública

Apesar de ter perdido posições em rankings sobre empreendedorismo, Curitiba foi eleita a melhor cidade do país pela agência Austin Ratings, em estudo elaborado para a revista *Istoé*.

A capital paranaense foi citada na avaliação como referência mundial em criatividade e pioneira em soluções para a gestão pública.

No estudo da Endeavor, Curitiba caiu da 4ª para a 8ª posição entre os municípios que têm os melhores ambientes para negócios de alto impacto. Na Região Sul, a cidade ocupa a 3ª colocação, atrás de Florianópolis e Porto Alegre.

Os pontos positivos da cidade foram o elevado índice de população conectada à internet de alta velocidade (9,18%) e transporte interurbano. Como fatores negativos, pesam a falta de uma cultura empreendedora e visão de oportunidades de negócios.

O especialista em inovação e co-fundador do iCities, André Telles, avalia que Curitiba tem boa densidade de atores atuando em prol do empreendedorismo.

Ele destaca que o crescimento do número de eventos ligados ao tema, como Hackathon e Startup Weekend, contribui para mudar o cenário de negócios na região.

AS MELHORES PARA NEGÓCIOS

Cidades líderes em rankings sobre ambientes de negócios têm indicadores econômicos superiores à média nacional, investem em infraestrutura e contam com capital humano qualificado



BARUERI

Líder do ranking de melhores cidades para negócios da Urban Systems

PIB per Capita

R\$ 134.644

Renda média dos trabalhadores

R\$ 2.868



Trabalhadores formais com ensino superior
24,16%



Empresas grandes
5,3%

FORTALEZA

Líder do estudo da Towers Watson para orientar empresas estrangeiras que querem se instalar no país

PIB per Capita

R\$ 10.473

IDH

0,732



Trabalhadores formais com ensino superior
17,69%

Renda média dos trabalhadores com ensino superior

R\$ 4.559,25

SÃO PAULO

Líder do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor

PIB per Capita

R\$ 43.894

Renda média dos trabalhadores

R\$ 2.805



Trabalhadores formais com ensino superior
27%



Conexões acima de 34 Mbps
10%

Fonte: Endeavor, Towers Watson e Urban Systems.
Infografia: Gazeta do Povo.

Fisco notifica 320 mil paranaenses por dívidas com o estado

14/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Os paranaenses inscritos em dívida ativa no governo do estado receberam, neste mês, correspondências de autorregularização para sanar as pendências e evitar a inclusão de seus nomes no Cadastro Informativo Estadual (Cadin).

Ao todo, as pendências em dívida ativa somam R\$ 21,6 bilhões. Neste primeiro lote, a secretaria da Fazenda encaminhou quase 360 mil correspondências, sendo 320 mil somente para pessoas físicas.

Quem recebeu o comunicado tem 75 dias para colocar as contas em ordem e evitar que o débito seja incluído no Cadin. Com relação somente ao IPVA, os débitos somam R\$ 487,5 milhões.

Segundo Romalina Vargas, gerente do Cadin, neste primeiro envio, o prazo para sanar as pendências acaba em meados de fevereiro. "Aquele parcelamento especial que o governo

do estado havia oferecido este ano não está mais em vigor, mas ainda há a opção dos parcelamentos normais IPVA e ICMS”, diz.

Em vigor desde outubro, o Cadin agrupa os débitos de contribuintes a órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Paraná, incluindo empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado é sócio majoritário.

Ele abrange, por exemplo, o registro de pendências de ICMS, IPVA, ITCMD, multas de trânsito, faturas da Copel e Sanepar além de outros tipos de cobrança. Antes, todas as execuções de dívida ativa ocorriam via Procuradoria do Estado, sem um controle unificado.

Quem tiver o nome inscrito no cadastro terá restrições no relacionamento com o governo. Isso inclui o impedimento da celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos. Também fica proibida a concessão de auxílios, subvenções e de incentivos fiscais e financeiros. O resgate de créditos do Nota Paraná também fica suspenso até a regularização das pendências.

Mais informações

O contribuinte que quiser mais detalhes sobre as pendências passíveis de inclusão no cadastro, os impedimentos decorrentes ao ter o nome registrado e outras informações pode entrar na página do Cadin na internet e acessar a área de Perguntas e Respostas. Também pode ligar para o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Receita Estadual, no (41) 3200-5009 (Curitiba) e 0800 411528 (demais cidades do Paraná).

Cota para produtos comprados no exterior vai cair em julho de 2016

14/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O limite de isenção de imposto para bens trazidos por viajante por via terrestre, fluvial e lacustre será reduzido a partir de 1º de julho de 2016, segundo a Receita Federal. A redução dessa cota de US\$ 300 para US\$ 150 havia sido anunciada inicialmente em julho de 2014 pela Receita, para entrada imediata em vigor.

O governo, no entanto, suspendeu temporariamente a medida, a pedido da senadora Gleisi Hoffmann (PT), ex-ministra da Casa Civil e candidata ao governo do Paraná na eleição daquele ano.

Na época, o governo afirmou que a mudança estava relacionada ao início de funcionamento dos free shops a serem instalados do lado brasileiro de cidades gêmeas (que são cortadas pela fronteira). Nessas lojas, haverá uma cota de isenção extra.

As compras que excedem essas cotas são tributas com 50% de imposto. Para os turistas que voltam ao Brasil de avião, a cota de isenção continua sendo de US\$ 500.

Bebida e cigarros

A Receita Federal também informou que crianças ou adolescentes passam a ser "expressamente proibidos de levar na bagagem produtos que possam causar dependência física ou química, como bebida alcoólica e cigarros".

A proibição, segundo o órgão, está em linha com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e com a lei 13.106, que criminaliza, por exemplo, o ato de entregar, ainda que gratuitamente, bebida alcoólica à criança ou adolescente.

"Agora, os servidores das equipes de bagagem têm um instrumento claro para impedir o porte de tais produtos por menores de idade", informou a Coana (Coordenação-Geral de Administração Aduaneira) da Receita.

Governo reduz meta fiscal e cria possibilidade de zerá-la em 2016

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A presidente Dilma enviou ao Congresso uma proposta de redução da meta fiscal de 0,7% para 0,5% do PIB em 2016, com a possibilidade de abater gastos com investimentos desse percentual. Na prática, isso permitirá que o superavit primário (receitas menos despesas) seja equivalente a zero no ano que vem.

A decisão do Planalto contraria a posição defendida pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda), que batalhava dentro do governo pela manutenção da meta em 0,7% do PIB, equivalente a R\$ 43,8 bilhões.

Recentemente, Levy chegou a ameaçar deixar o governo se a meta fosse reduzida. Diante da resistência do ministro, Dilma, Jaques Wagner (Casa Civil) e Ricardo Berzoini buscaram convencê-lo da necessidade da medida para não contrariar a base aliada, que defende a meta menor, num momento delicado de discussão do impeachment.

Segundo a **Folha** apurou, o ministro disse que continuava contra a meta menor, mas ficou de refletir sobre a decisão de Dilma. Assessores de Levy disseram que, por enquanto, ele segue trabalhando normalmente.

A proposta terá de ser aprovada pelo Congresso na votação do relatório da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), prevista para esta quarta. O texto reduz o superavit para R\$ 30,58 bilhões.

O documento enviado aos parlamentares também prevê a possibilidade de abater R\$ 30,58 bilhões de investimentos caso haja "frustração de receita" em relação à previsão feita pela equipe econômica.

Ou seja, se esse abatimento for feito de forma integral, a meta pode ser zerada, ideia que vinha sendo defendida pela ala política do governo e por Nelson Barbosa (Planejamento), sob o argumento de que a retração econômica impede garantir o superavit.

DISCORDÂNCIA PÚBLICA

Mais cedo, antes de o governo tomar sua decisão, Levy demonstrou publicamente sua discordância com a redução da meta fiscal.

"Acho inconveniente", disse Levy. "Acho um equívoco achar que essa mistura de que a meta [fiscal de 2016] não fica de pé por causa do Bolsa Família. A meta é a meta, e o Bolsa Família é o Bolsa Família."

Para garantir o cumprimento da meta fiscal original de 0,7% do PIB em 2016, o Congresso propôs corte de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família.

"Tem que focar a votação de medidas que são importantes e que foram mandadas há dois ou três meses [para o Congresso]", afirmou Levy.

Reservadamente, o ministro tem dito que abandonar a meta de superavit primário vai dificultar ainda mais a recuperação da economia e levará a um novo rebaixamento da nota brasileira pelas agências de classificação de risco.

Após acordo, funcionários da Dedini retomam atividades em Piracicaba

14/12/2015 – Fonte: G1



Após assinatura de acordo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os funcionários da metalúrgica Dedini Indústria de Base S/A, de Piracicaba (SP), retornaram às atividades nesta terça-feira (15). Os trabalhadores estavam paralisados desde 9 de dezembro, em protesto pela falta e atraso de pagamentos.

O sindicato da categoria adiantou, entretanto, que outra greve pode ser iniciada, caso haja qualquer descumprimento.

No acordo, assinado na segunda-feira (14), ficou acertado, entre as cláusulas, que os trabalhadores receberão o pagamento integral da segunda parcela do 13º até o dia 21 de dezembro, segundo a entidade. Procurada, a direção da companhia não se pronunciou sobre o assunto.

Segundo o diretor do sindicato da categoria, João Carlos Ribeiro, a empresa se comprometeu a pagar o vale-compra de dezembro, de R\$ 260, no dia 18 de dezembro e 27% no vale especial de natal até o dia 24.

"Além disso, os funcionários horistas receberão os salários no dia 5 de janeiro, os mensalistas de fábrica e os cooperativos também serão pagos no mesmo mês. Os dias parados também não serão descontados", completou.

Protesto

No dia 9 de dezembro, os funcionários queimaram pneus e atearam fogo na guarita de recepção da empresa, em uma manifestação contra a falta de pagamento de salários e de verbas para os trabalhadores demitidos.

O ato foi um protesto contra as demissões de pelo menos 200 trabalhadores - sendo 100 em Sertãozinho (SP) - e a falta de cumprimento de um acordo para pagar verbas rescisórias para 468 demitidos.

Os trabalhadores das quatro áreas da companhia, o administrativo, mecânica, fundição, caldeiraria.

Sobre o ataque à guarita da empresa, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, João Carlos Ribeiro, afirmou que havia pessoas no protesto que não tinham relação com a entidade e que podem ter provocado a depredação. "Tinha muita gente lá e não conseguimos ter controle sobre todos."

No início de dezembro desse ano, 200 trabalhadores das unidades de Piracicaba (SP) e Sertãozinho (SP) foram dispensados. Desde fevereiro de 2014, foram cerca de 1,6 mil funcionários dispensados nas duas cidades, segundo o sindicato. "Reivindicamos o pagamentos de salários atrasados, de férias, o cumprimento de acordos, demissões", disse o diretor.

Recuperação Judicial

Em agosto deste ano, a Dedini já havia demitido cerca de 650 funcionários em Piracicaba (SP) e Sertãozinho (SP). No mesmo mês, a empresa entrou com pedido de recuperação judicial para tentar evitar a falência, e recebeu prazo para retomar a saúde financeira dos negócios.

Acordo

Ainda segundo a entidade sindical, a empresa não cumpre acordo feito na Justiça do Trabalho, em 11 de novembro, que determina o pagamento de R\$ 1 mil e cesta básica, todo dia 29 de cada mês aos demitidos. A medida é válida até a realização da assembleia que será marcada pelo juiz que analisa o processo de recuperação judicial.

"Ao todo, 468 trabalhadores deste processo rescisório são prejudicados. A empresa também não cumpre com pagamento de férias, FGTS, há atrasos de salários, dentre tantos outros problemas", afirmou o sindicato em nota.

Congresso mantém veto de Dilma à desaposentadoria

14/12/2015 – Fonte: G1

O Congresso Nacional decidiu nesta terça-feira (15) manter o veto da presidente Dilma Rousseff à chamada "desaposentadoria" (ou "desaposentação"), que é a possibilidade de o aposentado que continuou trabalhando fazer novo cálculo do benefício, tomando por base o novo período de contribuição e o valor dos salários.

No início de novembro, ao sancionar novas regras para a aposentadoria, a presidente Dilma Rousseff vetou essa possibilidade.

A opção da "desaposentadoria" tinha sido incluída pela Câmara ao texto e geraria rombo à Previdência Social de R\$ 70 bilhões em 20 anos, segundo o governo.

Na justificativa do veto, o governo afirmou que a medida "contraria os pilares do sistema previdenciário brasileiro, cujo financiamento é intergeracional e adota o regime de repartição simples".

Na Câmara, 181 deputados votaram derrubada, 104 pela manutenção e houve 3 abstenções. Para derrubar um veto, entretanto, são necessários 257 votos.

Direito de resposta

O Congresso também manteve vetos a outros quatro projetos que não geraram polêmica em plenário, entre os quais um que derrubou trecho da proposta de lei que regulamenta o direito de resposta a quem se sentir ofendido por algum veículo de imprensa.

O artigo vetado por Dilma previa que a pessoa ofendida pudesse "dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente" no rádio ou na TV. Na justificativa para o veto, a presidente

disse que "ao não definir critérios para a participação pessoal do ofendido, o dispositivo poderia desvirtuar o exercício do direito de resposta ou retificação".

Durante a sessão, Renan Calheiros anunciou sessões conjuntas para esta quarta-feira (16), às 12h, e para quinta-feira (17), às 10h.

Após o Congresso liberar a pauta com a votação dos vetos, os parlamentares começaram a discutir o Plano Plurianual (PPA). Em seguida, Renan Calheiros (PMDB-AL).

"Um deputado tirou o outro da tribuna, não dá para tolerar esse tipo de coisa porque acontece em detrimento do congresso", justificou o peemedebista, ao deixar o plenário.

Logo antes de Renan encerrar a sessão, quem falava era o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), alegando que tinha direito a falar durante o debate.

Lava Jato

A votação ocorre no mesmo dia em que polícias federais realizaram operações de busca e apreensão nas residências do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e de outros políticos do PMDB, entre os quais os ministros de Ciência e Tecnologia, Celso Pansera (PMDB-RJ), e do Turismo, Henrique Eduardo Alves (PMDB-AL).

A intenção do Ministério Público Federal também era realizar busca e apreensão na residência oficial do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), mas o ministro Teori Zavascki, relator dos processos da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de diligência. Policiais federais também fizeram buscas na Diretoria-Geral da Câmara e no gabinete do deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE).

Apesar da presença dos policiais no prédio do Legislativo, Cunha e Renan não cancelaram agendas nem votações previstas para esta terça. O presidente da Câmara se reuniu com líderes de partidos aliados e os informou que pretende tocar as propostas que tramitam na pauta do plenário.

A ideia de Cunha é imprimir normalidade, para que não fique a sensação de que a sua condição de investigado está "paralisando" a Câmara.

Durante a tarde, ele conduziu a sessão do plenário da Casa que resultou na aprovação de uma medida provisória que aumentou tributos sobre eletrônicos e bebidas alcoólicas. Também foi aprovada em segundo turno a PEC dos Precatórios, que prevê regras para pagamento de dívidas judiciais dos estados e municípios.

No Senado, o plenário aprovou o projeto de lei que prevê a repatriação de dinheiro mantido por brasileiros no exterior que não haviam sido declarados à Receita Federal, uma das prioridades do Executivo para tentar equilibrar as finanças públicas.

Um dia após fechar as portas, Estaleiro Ilha pede recuperação judicial

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Um dia após fechar as portas alegando falta de dinheiro para operar, o Estaleiro Ilha SA (Eisa) deu entrada com pedido de recuperação judicial. O pedido inclui as operações da sede, localizada na Ilha do Governador, zona norte do Rio, e da subsidiária Eisa Petro Um, criada para construir navios para a Petrobras no estaleiro Mauá, em Niterói (RJ).

Em comunicado divulgado nesta terça-feira (15), a empresa diz que a medida tem como objetivo de "preservar os estaleiros e permitir que suas atividades sejam retomadas plenamente o mais breve possível".

Na segunda (13), o Eisa amanheceu de portões fechados e parte de seus 3.000 empregados receberam cartas informando a rescisão contratual.

"A única alternativa hoje para manter o estaleiro funcionando é diminuir ao máximo nossos custos operacionais. Com muita tristeza e dor, nos vemos na necessidade imediata de realizar cortes de pessoal", dizia a carta, assinada pela presidência do estaleiro.

Os estaleiros são controlados pelo empresário German Efromovich, dono da companhia aérea Avianca.

Em junho, o Eisa Petro Um havia tomado a mesma medida, alegando não ter mais dinheiro para terminar as obras da Transpetro, subsidiária de transportes da Petrobras. Três navios petroleiros permanecem inacabados nas instalações do estaleiro Mauá.

A empresa tinha um contrato adicional para a construção de oito navios de combustíveis, que foi cancelado pela Transpetro.

O Eisa, por sua vez, tem contratos com a Log-In Logística e com a Marinha, entre outros. Para a primeira, ainda deve a entrega de dois porta-contêineres, parte de uma encomenda de sete embarcações – cinco já foram entregues.

A Log-In ainda não comentou o assunto. A Transpetro diz que não deve nada ao Eisa Petro Um e que "está em busca da melhor solução possível para resguardar seus direitos e receber os navios em construção".

Artigo: Capitalismo

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O capitalismo "real" é o espantalho usado para exaltar as virtudes do socialismo "ideal", propagado nos nossos livros de história, fontes do delírio socialista de ingênuos que se pensam progressistas.

O "capitalismo" seria um ser monstruoso que existe fisicamente e tem alma: pensa, comanda, reage, oprime e se alimenta da conspiração permanente contra a maioria desprovida da sociedade.

A verdade é que a estrutura social e econômica a que chamamos de "capitalismo" é apenas um instante na incessante busca do homem por uma organização que lhe permita viver livremente a sua humanidade num ambiente de relativa igualdade.

O homem precisa primeiro, satisfazer as suas necessidades naturais de forma eficiente, o que o levou a explorar a coordenação das atividades produtivas através do mercado. Nele, pela troca, descobriram como aproveitar suas diferentes habilidades na divisão do trabalho.

Mas os mercados são tanto mais eficientes, quanto mais apoiados num Estado forte, constitucionalmente controlado, capaz de mantê-los competitivos, o que está na base da propriedade privada.

Essa propiciou a mercadização do trabalho e da terra, que separou os homens em duas classes: os que alugam a sua força de trabalho (os operários) e os que as alugam (os capitalistas).

Para equilibrar o poder econômico do capital, os trabalhadores, organizados em sindicatos e partidos, impuseram o sufrágio cada vez mais universal, que os vem empoderando progressivamente.

Ninguém melhor do que Marx entendeu a eficiência revolucionária, as limitações e as injustiças do capitalismo e que ele é apenas um momento da história que continuará a desenrolar-se.

Seu generoso sonho foi tentar encontrar "cientificamente" o caminho final...

O problema é que a história é um acidente aleatório, aberta a todas as possibilidades. Os caminhos podem ser muitos e surpreendentes, mas a direção do vetor tem sido a mesma: maior liberdade combinada com maior igualdade e relativa eficiência produtiva para que sobre tempo ao homem para realizar a sua humanidade. Tudo temperado com tolerância política porque, a rigor, os três valores (liberdade, igualdade e eficiência produtiva) são incompatíveis.

A última moda é culpar o "capitalismo" pela desgraça ecológica que se abate sobre o mundo. Pois bem, o socialismo "real" (produto de asseclas que certamente Marx rejeitaria) da União Soviética foi o maior destruidor de ambiente do século 20.

E o socialismo "real" da China tem na poluição ambiental o seu maior problema. Isso mostra que a poluição não é privilégio de nenhum regime. É o resultado da atividade humana... (Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Por que o desastre em Mariana gerou processo contra a Vale nos EUA

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Além de responder na Justiça brasileira pelo desastre da Samarco em Minas Gerais, a mineradora Vale - coacionista da empresa ao lado da anglo-australiana BHP Billiton - também será cobrada a se explicar sobre o caso em uma corte em Nova York.

Na semana passada, o escritório de advocacia The Rosen ingressou com uma ação na Justiça federal americana para cobrar a Vale a compensar perdas de investidores relacionadas à tragédia. Desde o acidente, em 5 de novembro, as ações da empresa listadas na bolsa de Nova York caíram 27%.

O processo engloba todos os acionistas que compraram papéis da Vale nos Estados Unidos entre 21 de março e 30 de novembro de 2015. Detentores de ações da Vale emitidas no Brasil estão fora do escopo da ação.

Maior desastre da história da mineração mundial, segundo a consultoria de riscos americana Bowker Associates, o rompimento da barragem de rejeitos de uma mina em Mariana (MG) deixou 16 mortos e três desaparecidos, além de causar graves danos ambientais e sociais ao longo dos cerca de 700 quilômetros entre o local da ruptura e a foz do rio Doce, no Espírito Santo.

A ação alega que, antes e após o acidente, a Vale deliberadamente divulgou informações falsas, que inflaram artificialmente o valor de suas ações e prejudicaram a capacidade de avaliação de investidores.

A abertura do processo foi possível porque a Vale tem ações negociadas nos Estados Unidos e está sujeita às leis que regem o mercado de capitais do país.

O processo tem como réus a Vale, o presidente da companhia, Murilo Ferreira, e o diretor financeiro, Luciano Siani. Segundo a legislação americana, dirigentes de empresas também devem ser responsabilizados por violações, já que as companhias são entidades "fictícias".

Em nota à BBC Brasil, a mineradora afirma que "ainda não há como nos posicionarmos sobre qualquer ação que tenha sido impetrada contra a Vale nos Estados Unidos, mas daremos as respostas apropriadas nos tribunais quando forem necessárias".

Nesta terça-feira, o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, disse que a tragédia de Mariana requer uma "investigação completa e imparcial".

Em encontro informal com membros e observadores do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, o alto comissário afirmou que é responsabilidade conjunta dos governos e das empresas de proteger e respeitar os direitos humanos, de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

LAMA TÓXICA?

Phillip Kim, advogado que assina a ação contra a Vale nos EUA, diz à BBC Brasil que o processo não trata da eventual responsabilidade da empresa na tragédia, mas apenas do comportamento da mineradora ao divulgar informações sobre o vazamento.

Segundo a denúncia, a empresa violou a legislação americana ao se posicionar sobre o conteúdo da lama despejada no rio Doce.

A acusação cita uma fala do diretor financeiro da companhia, Luciano Siani, que em conferência telefônica com investidores negou que houvesse substâncias tóxicas nos rejeitos que atingiram o rio.

A denúncia afirma que dias depois, porém, uma análise do Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (Igam) detectou metais pesados acima do limite legal no rio Doce, e que uma diretora da Vale reconheceu a presença dos materiais em entrevista coletiva.

Na ocasião, a diretora Vania Somavilla afirmou que o rompimento da barragem pode ter trazido à superfície "alguns tipos de materiais que já estavam presentes, das origens mais diversas, mas são todos materiais presentes na natureza".

Para a acusação, a Vale já sabia sobre a presença de metais pesados no rio, mas se recusou a compartilhar a informação com os investidores.

A legislação americana sobre o mercado de capitais exige que as empresas com ações em bolsa sigam vários critérios de transparência e divulguem informações corretas ao público, sob risco de punição. As regras buscam proteger os investidores de fraudes e padronizar a relação entre empresas e acionistas.

A Vale e a Samarco têm afirmado que a lama despejada no rio Doce não carrega qualquer substância perigosa.

Segundo a denúncia, a Vale também violou a legislação ao demorar a divulgar que tinha um contrato com a Samarco que lhe permitia depositar rejeitos de minério de ferro de sua mina Alegria na barragem do Fundão.

Segundo a ação, "a existência do contrato pode levantar questões sobre a potencial responsabilidade da Vale pelo acidente", o que a tornaria mais vulnerável a processos por indenizações no Brasil.

RESPONSABILIDADE

A Vale e a BHP Billiton têm dito que a Samarco era inteiramente responsável pela gestão da barragem e, portanto, pelo rompimento.

A acusação afirma ainda que os procedimentos da Vale para mitigar incidentes ambientais, de saúde e segurança eram inadequados.

O advogado Phillip Kim diz acreditar que o processo deve durar entre dois e quatro anos. Por ora, o escritório tem contactado investidores afetados que queiram liderar a ação. A Justiça escolherá um reclamante líder da ação em 5 de fevereiro.

Segundo Kim, trata-se de um caso de "tamanho médio". Ele afirma que o valor da indenização a ser reclamada será definido por especialistas independentes.

A Petrobras também enfrenta uma ação coletiva na Justiça americana por perdas causadas a investidores.

Segundo a acusação, a petrolífera divulgou informações falsas sobre suas operações e omitiu denúncias de corrupção que vieram à tona com a operação Lava Jato.

O processo contra a estatal é maior que o da Vale: são réus na ação 13 ex-executivos da companhia, 15 bancos que coordenaram as emissões de papéis da empresa nos Estados Unidos, duas subsidiárias e a consultoria PwC.

Governo anuncia plano de incentivo à geração caseira de energia

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Ministério de Minas e Energia anunciou nesta terça-feira (15) o lançamento de um plano de incentivo à microgeração de energia a partir de fontes renováveis, a chamada geração distribuída. As medidas servem de estímulo à produção caseira de eletricidade.

Nomeado de Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica (ProGD), o plano cria linhas de financiamento, desonera a importação de equipamentos e facilita o retorno dos investimentos.

Segundo o ministro Eduardo Braga, a expectativa do governo é que o programa produza R\$ 100 bilhões em investimentos privados nos próximos 15 anos.

"Estamos diante de um futuro caso de sucesso, energético e macroeconômico. Pois, a cada megawatt de potência instalada, são criados 30 empregos diretos", diz.

Se as estimativas do governo se confirmarem, a capacidade da geração distribuída no Brasil deve alcançar 6.000 MW de potência, aproximadamente a metade da capacidade de Itaipú.

O principal foco do plano é a geração solar fotovoltaica, a que usa painéis que absorvem a luz para gerar eletricidade.

INCENTIVOS

O programa estende de três para cinco anos o prazo para o uso dos créditos conseguidos por geradores residenciais. Esses créditos são criados quando uma unidade geradora residencial produz mais energia do que consome.

A energia gerada pelas unidades residenciais e devolvida ao sistema será isenta de ICMS, PIS e Cofins.

Para a indústria, foi reduzida a alíquota do imposto de importação, de um total de 14% para 2%, na importação de bens de capital para a produção dos equipamentos de geração.

O BNDES e o Banco do Brasil oferecerão uma linha de crédito especial para os investimentos feitos em geração distribuída.

Para o mercado livre de energia, segmento no qual a eletricidade é comprada e vendida diretamente por meio de contratos, foi criada uma regulação especial para que comercializadores–quem faz a intermediação desses contratos – compre a produção de microgeradores.

Receita identifica 730 empresas com contratos irregulares com a União

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Receita Federal identificou 730 empresas que têm contratos com a União, mas não possuem certidão de regularidade fiscal. Diante dos números, o órgão cobrou do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de três agências reguladoras que cumpram a lei que impede que essas empresas obtenham empréstimos ou atuem como concessionárias ou permissionárias.

Além do BNDES, houve encontro com representantes das agências ANTT (transportes terrestres), Aneel (energia elétrica) e Anatel (telecomunicações).

"A Receita Federal deu início a uma série de encontros com representantes de agências reguladoras para exigir o cumprimento da lei das concessões e permissões no que diz respeito à regularidade fiscal", diz o órgão em nota. "Todos afirmaram já ter esse controle, mas que medidas podem ser adotadas para aprimorá-lo."

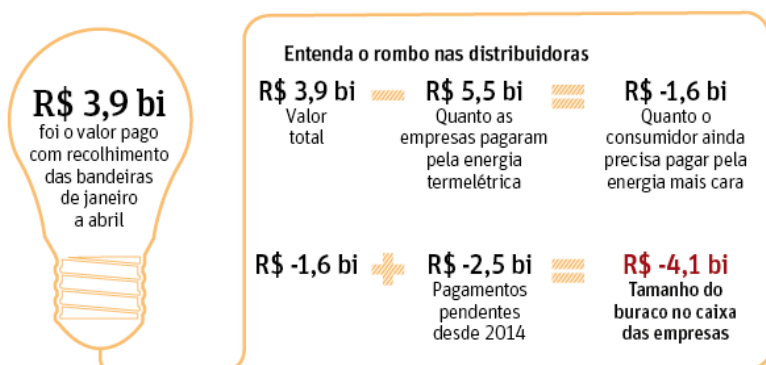
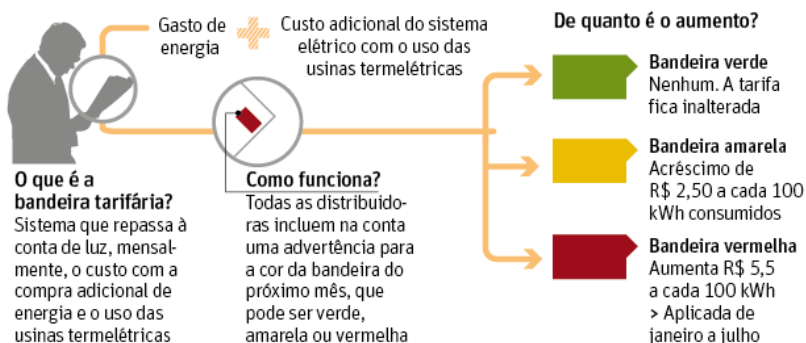
O Fisco afirma ter enfatizado que a exigência de regularidade fiscal deve ser mantida durante todo o período de vínculo com a União e não apenas no momento da contratação. Se a qualquer momento a empresa não comprovar a regularidade fiscal, deve ter o contrato extinto.

O órgão também afirma que a regularidade é importante para combater concorrência desleal, pois a empresa "que lança mão de práticas de sonegação e evasão fiscal" pode oferecer preços mais baixos e ampliar sua participação no mercado de forma ilícita.

Aneel estuda criar nova bandeira tarifária na conta de luz

14/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

CHOQUE NO BOLSO Como funcionam as bandeiras tarifárias



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu abrir consulta pública para a criação de uma quarta bandeira tarifária, intermediária às bandeiras amarela e vermelha. Hoje, as duas encarecem as contas de luz, respectivamente, em R\$ 25 e R\$ 45 por megawatt-hora. A consulta será feita até 17 de janeiro de 2016 para colher sugestões para aperfeiçoar o sistema.

A medida foi tomada decorrente ao excedente gerado pela arrecadação da bandeira vermelha, vigente ao longo de todo o ano.

A arrecadação adicional está em R\$ 841 milhões, suficiente para remunerar todas as usinas com custo de operação de até R\$ 600 por MWh.

Junto da abertura da consulta pública, a agência definiu a correção do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), mudança determinante para a atualização de valores e gatilhos para a ativação das bandeiras.

O PLD é o valor utilizado para remunerar a energia comercializada no mercado de curto prazo, segmento no qual são feitos os ajustes de contas entre quem gerou menos ou consumiu mais energia do que estabelece seus contratos.

Os limites do PLD, para 2016, passaram para R\$ 30,25 (mínimo) e R\$ 422,56 (máximo) por megawatt-hora. Os valores para 2015 eram de R\$ 30,26 e R\$ 388,48 por megawatt-hora.

Empréstimos

A Aneel autorizou uma elevação de R\$ 1,725 bilhões no encargo que será cobrado dos consumidores para que distribuidoras paguem os socorros prestados a elas em 2014. A medida causará um impacto, segundo cálculos da agência, de 0,32% nas contas de luz.

O acréscimo é necessário porque o volume financeiro arrecadado pelas distribuidoras de energia, este ano, ficou abaixo do necessário devido à elevação da taxa básica de juros (Selic). A arrecadação insuficiente gerou reclamação dos credores –em sua maioria, bancos públicos.

No ano passado, as distribuidoras precisaram emprestar R\$ 22 bilhões para recompor seus caixas, esvaziados pelas compras de energia no mercado de curto prazo.

De acordo com as regras desses empréstimos, as distribuidoras devem manter uma reserva de liquidez de 10% em uma conta administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a chamada Conta-ACR.

No entanto, com a elevação da taxa básica de juros, que corrige o valor dos empréstimos, essa reserva caiu para 7%. Apesar do aumento das parcelas, não houve inadimplência por parte das companhias.

Itaipu

Em dólar, despencou o valor da energia de Itaipu. A Aneel aprovou uma redução de 32% no valor pago pelo megawatt-hora (MWh).

Assim, a eletricidade da maior usina brasileira custará aproximadamente US\$ 25, em 2016. No entanto, o valor em reais, devido a atualização do câmbio, será equivalente.

Os preços pagos a Itaipu afetam as tarifas de distribuidoras do Sul, Sudeste e algumas do Centro-oeste.

Caso o dólar se desvalorize antes das revisões tarifárias dessas distribuidoras, pode-se ter um impacto positivo –de queda das tarifas– sobre as contas de luz.

Queda do preço do minério testa grandes mineradoras

14/12/2015 – Fonte: R7

O tombo dos preços do minério de ferro já forçou pequenas mineradoras a fechar, mas previsões de maior deterioração no mercado podem testar a persistência até mesmo das mega mineradoras de menor custo que ainda obtêm lucros.

O minério de ferro atingiu 37,50 dólares a tonelada na terça-feira, segundo o The Steel Index (TSI). Ele tocou 37 dólares na sexta-feira, menor preço desde que a TSI começou a compilar dados em 2008.

"Podemos facilmente ver o preço atingir 30 dólares a tonelada", disse o analista Gavin Wendt, da MineLife.

A maior produtora, a brasileira Vale, tem um preço de equilíbrio de 33,40 dólares a tonelada, segundo o Citi, enquanto a segunda maior mineradora, Rio Tinto, e a BHP Billiton ficam em 29,20 dólares e 29,40 dólares, respectivamente.

A outra grande produtora, Fortescue Metals, estabeleceu seus custos de equilíbrio em cerca de 37 dólares a tonelada, perigosamente perto do atual preço.

"Ao menos as três grandes estão com uma margem líquida de 5 a 9 dólares por tonelada", disse o Citi em nota. "A Fortescue está quase no equilíbrio e todo o restante está queimando caixa."

A BC Iron suspendeu na semana passada sua joint venture de mineração Nullagine com a Fortescue, já que não podia mais produzir por menos que o preço de venda.

Para Vale, Rio e BHP, ainda rentáveis, apesar do encolhimento das margens, está sendo possível produzir mais --excedendo um total de 1 bilhão de toneladas em 2017-- mesmo com o crescente excesso de oferta pesando sobre o preço.

"Alguns pessimistas estão prevendo um preço de 25 dólares a tonelada", disse o analista Keith Goode, da Eagle Mining.

BNDES dará moratória à indústria de máquinas, diz Abimaq

14/12/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

O vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Cesar Prata, anunciou nesta terça-feira, 15, em entrevista no Palácio do Planalto, que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, comunicou que o governo vai fazer uma moratória nos financiamentos concedidos pelo BNDES para empresas de bens de capital. A medida tem por objetivo dar "um fôlego" para o setor.

"As técnicas ainda estão sendo discutidas", declarou Prata, ao informar que os empresários pediram um ano de carência entre a suspensão do pagamento e a sua volta. Ele informou que foi pedido que quando os empresários voltassem a pagar os financiamentos, eles deveriam ser feitos com base em juros mais realistas.

Não disse, no entanto, que taxas seriam essas e se o prazo de um ano foi atendido pelo Planalto. O governo não deu declarações sobre o tema e os sindicalistas comemoraram a iniciativa, justificando que ela ajudaria a preservar os empregos. O ministro do Trabalho, Miguel Rossetto, que estava ao lado de Prata na entrevista, não contestou nenhum dos dados anunciados por ele.

O anúncio desta medida foi feito depois de uma reunião da presidente Dilma Rousseff, Rossetto, Jaques Wagner, da Casa Civil, e Nelson Barbosa, do Planejamento com quase 30 empresários e sindicalistas. Empresários e sindicalistas foram unânimes em reclamar da interferência da política na economia, lembrando que isso paralisou o País.

Ao justificar a necessidade de suspensão dos contratos em andamento no BNDES, Prata disse que a situação econômica se agravou no País no último ano, deixando as empresas completamente endividadas e sem condições de cumprir seus compromissos. "Já tivemos um 2015 muito complicado. Com isso poderíamos aliviar para 2016 porque esse tipo de medida ajudaria na retomada da economia", comentou.

No encontro, segundo alguns dos presentes ouvidos pelo jornal "O Estado de S. Paulo", a presidente Dilma, além de defender a necessidade de finalizar a reforma fiscal e a CPMF, chegou a reconhecer que, por conta destes problemas políticos, "chegamos a um impasse".

E, se referindo ao desfecho que a abertura do seu processo de impeachment terá hoje, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o rito de tramitação, "isso será resolvido de um jeito ou de outro", deixando clara a pressa que tem comentado em resolver essa questão.

Leniência

Empresários e sindicalistas pediram ainda que o governo apresse a entrada em vigor de acordo de leniência, cujo texto já foi aprovado pelo Senado e está em apreciação na Câmara. Eles chegaram a pedir à presidente Dilma que ela assinasse uma Medida Provisória para a entrada em vigor de imediato dessa proposta de leniência.

A ideia é que este acordo separaria a pessoa física da jurídica, para que as empresas não sofram com as ações da Polícia Federal e possam continuar operando, mas punindo apenas os responsáveis pelos erros e atos de corrupção. Assim, não ocorreriam tantas demissões. Eles lembraram que modelos semelhantes existem em outros países.

O ministro Miguel Rosseto negou que a presidente tenha concordado em assinar MP. Explicou que a disposição do governo é de trabalhar pela aceleração da votação do projeto no Congresso, de forma a que ele, sendo fruto de acordo na Câmara, seja imediatamente votado para ser sancionado por Dilma.

Na reunião, empresários e trabalhadores entregaram para a presidente Dilma um documento intitulado "Compromisso pelo desenvolvimento", onde dizem que "não é possível assistir passivamente as projeções de um 2016 perdido".

Diante disso, apresentaram sete propostas pedindo fortalecimento do mercado interno, retomada do investimento público e privado, criação de condições para aumento da produção e das exportações e que seja destravado o setor da construção.

Uma nova reunião entre empresários e sindicalistas foi marcada sexta-feira com a presidente Dilma, no Palácio do Planalto, para prosseguir discutindo os termos do acordo e as propostas apresentadas pelo grupo ao governo.

Fox, March e Versa falham ao proteger crianças; Hilux gabarita

14/12/2015 – Fonte: Uol.com



Nissan O Latin NCAP (programa de segurança viária para América Latina e Caribe) divulgou, nesta terça-feira (15), sua última bateria de testes de 2015. Após completar cinco anos em novembro, o órgão fechou a Fase 6 com mais sete modelos testados, chegando a 23 avaliações realizadas no ano.

Desta vez os escolhidos foram os brasileiros Volkswagen Fox, Nissan March e Versa; a argentina Toyota Hilux (o programa já havia testado a Hilux tailandesa em agosto); os japoneses Toyota RAV4 e Mitsubishi Montero Sport (nova geração do Pajero vendido no

Brasil); e o indiano Hyundai Creta, SUV compacto que começou a ser vendido no vizinho Uruguai em novembro.

Compactos brasileiros

Fox, March e Versa decepcionaram em um mesmo ponto na avaliação: proteção para crianças no banco traseiro, falha típicas de modelos compactos. No caso do hatch da Volkswagen, foram aplicadas quatro estrelas em segurança para adultos e duas para crianças.



Segundo o Latin NCAP, o Fox munido de dois airbags frontais (obrigatórios) proporciona boa proteção para cabeças de motorista e passageiro em impacto frontal a 64 km/h, porém segurança "marginal" no caso do peitoral do condutor.

A ausência de itens como controle de estabilidade (presente apenas como opcional na gama), cintos com pré-tensionadores e bolsas laterais tiraram uma estrela do modelo.

No caso das crianças, o programa descontou pontos devido à falta de ganchos Isofix, cinto de três pontos na posição central do assento traseiro e de opção para desligar o airbag para instalar uma cadeirinha de bebê no banco dianteiro direito.

O March levou quatro estrelas para adultos e, de acordo com a entidade, apresentou desempenho melhor que o do Fox para a cabeça ao oferecer cintos com pré-tensionadores. A proteção para o tórax de ambos os passageiros não agradou, porém.

Em relação às crianças, o hatch da marca japonesa ficou devendo basicamente nos mesmos pontos que o da Volks e ainda apresentou, na visão do Latin NCAP, estrutura mais instável (embora o programa aponte evolução em relação ao teste feito com uma unidade pré-facelift, em 2011). Resultado: uma estrela.

Já o sedã compacto-médio Versa, montado sobre a mesma base do March, ofereceu segurança um pouco melhor para o peito dos passageiros adultos da frente e também para os bonecos que simulam bebês de três anos e 18 meses atrás, muito devido ao maior espaço interno.

Entretanto, o modelo carece dos mesmos itens que seu irmão de plataforma, por isso foi contemplado com quatro e duas estrelas.

Se sobra espaço, faltam itens como ganchos Isofix, cinto traseiro central de três pontos e controle de estabilidade no Nissan Versa nacional

Hilux gabarita, Creta decepciona

No caso da Hilux argentina, recém-lançada no mercado brasileiro, o teste serviu para comparar os resultados com uma unidade tailandesa já auferida pelo instituto em agosto.

O exemplar sul-americano se saiu até melhor: cinco estrelas em ambos os quesitos, contra cinco e quatro estrelas da Hilux asiática.

O Latin NCAP explicou que, na avaliação anterior, a fabricante escolheu cadeirinhas ainda não disponíveis para venda na América do Sul, o que resultou no desconto de alguns pontos.

RAV4 e Montero Sport nipônicos também obtiveram nota máxima para adultos, com quatro e três estrelas para crianças, respectivamente.

"Decepção" foi o termo usado pelo Latin NCAP para resumir o resultado do SUV compacto Hyundai Creta. Importado da Índia para o Uruguai desde novembro, o modelo obteve quatro estrelas para a proteção do ocupante adulto e três estrelas para a proteção infantil, mesmo não tendo itens fundamentais como freios antitravamento (ABS) como item de série - a unidade testada tinha o equipamento, que é vendido como opcional, além de airbags frontais. Além disso, o órgão apontou outras falhas:

"Este é um dos últimos modelos do fabricante que acabou de ser lançado no mercado da América Latina como uma plataforma global. A falta de equipamento padrão como freios ABS, lembrete de cinto de segurança para o passageiro e o fato de o fabricante não ter patrocinado o teste de impacto lateral limitou a qualificação", apontou o Latin NCAP.

"A falta deste equipamento padrão [freios com ABS] como versão básica neste modelo decepciona o Latin NCAP, considerando que são importantes para a segurança dos passageiros, junto com o controle eletrônico de estabilidade (ESC) que sua concorrência incluiu, como o Jeep Renegade e o Honda HR-V", completou o relatório da entidade.

Mudanças para 2016

Os exames publicados nesta terça também foram os últimos aplicados sob as atuais regras do órgão, que vão endurecer a partir do ano que vem: somente veículos munidos de controle de estabilidade merecerão mais do que três estrelas; testes de colisão lateral a 50 km/h e contra poste a 29 km/h passam a ser universais e também servirão de parâmetro para a nota final.

Se testados com os novos parâmetros, por exemplo, todos os modelos presentes nesta bateria perderiam pontos por não contar com o ESC (a Hilux de nova geração é a única a entregar o item como de série, mas só na versão de topo, enquanto no Fox ele é opcional).

Estaleiros do Rio demitiram mais da metade dos funcionários em 2015

14/12/2015 – Fonte: O Globo



As empresas do setor naval fluminenses demitiram mais da metade dos seus funcionários este ano. De acordo com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, já foram cortadas 14 mil vagas em 2015, reduzindo para 12 mil o total de empregados no segmento. Só ontem,

o estaleiro Eisa, na Ilha do Governador, dispensou cerca de 3 mil funcionários e suspendeu as atividades.

A empresa está prestes a entrar com um pedido de recuperação judicial. Assim que chegaram ao trabalho, os funcionários do Eisa se depararam com os portões fechados e, sem emprego, decidiram protestar, bloqueando parte do acesso ao Aeroporto Internacional do Rio.

Em todo o Brasil, a situação também preocupa: do Rio Grande do Sul a Pernambuco, já foram 28 mil demitidos este ano, reduzindo o contingente de empregados a cerca de 54 mil trabalhadores.

O setor naval vem enfrentando sua pior crise desde os anos 1980, sobretudo, com o corte de encomendas da Petrobras e de outras empresas do setor.

Segundo especialistas, a crise do setor começou no ano passado, quando a Petrobras foi forçada a pisar no freio dos gastos, por causa dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que investiga casos de corrupção na estatal.

Com a credibilidade afetada, a companhia passou a enfrentar dificuldade em obter empréstimos no exterior, o que a faz reduzir os investimentos — só entre este ano e 2016, o corte chega a US\$ 11 bilhões —, suspendendo encomendas de embarcações de apoio, navios-plataforma e sondas de exploração.

— A Petrobras está cortando encomendas. A Transpetro, sua subsidiária, está fazendo o mesmo. A situação do Eisa é semelhante à de outros estaleiros do Rio, que vêm demitindo com força ao longo deste ano.

A expectativa é de que o ano de 2016 seja pior, pois não há perspectiva de mudanças no cenário enquanto a Petrobras não voltar a elevar seus investimentos. Por isso, no Rio, o corte já chega a 14 mil pessoas.

E, no Brasil, as demissões atingem cerca de 28 mil pessoas, já contando desligamentos feitos pelo Eisa — disse Edson Carlos Rocha da Silva, coordenador nacional da Indústria Naval pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

DEMITIDOS EM JULHO NÃO RECEBERAM

O Eisa faz parte do Grupo Synergy, do empresário Germán Efromovich. O grupo também controla os estaleiros Eisa PetroUm, em Niterói, e o estaleiro Mauá, além da empresa de aviação Avianca.

Ontem, quem chegava para trabalhar no Eisa da Ilha, às cinco da manhã, recebia uma carta da empresa informando sobre os cortes.

“Com muita tristeza e dor nos vemos na necessidade imediata de realizar corte de pessoal. Comunicamos por meio desta que estamos efetuando a rescisão do seu contrato de trabalho, dia 11/12, devendo encerrar suas atividades de forma imediata”, dizia a carta.

Segundo representantes sindicais, o estaleiro vai entrar com pedido de recuperação judicial. “A única alternativa para manter o estaleiro funcionando é diminuir ao máximo os custos operacionais”, informava um dos trechos da carta.

Os problemas envolvendo o Eisa ocorrem cerca de seis meses após o Eisa PetroUm (que alugava a área do Mauá) ter fechado as portas e demitido 3,5 mil funcionários, depois de a Transpetro cancelar a encomenda de três petroleiros.

A Transpetro informou que rescindiu o contrato com o PetroUm, em julho de 2015, devido ao não cumprimento de entregas do estaleiro. E, até hoje, dizem os sindicatos, os trabalhadores não receberam as indenizações.

Por isso, ontem, enquanto os colegas do Eisa eram demitidos, cerca de 150 ex-funcionários do Eisa PetroUm fizeram uma passeata pelas ruas de Niterói para pedir o pagamento das verbas rescisórias.

O presidente do Sindimental-Rio, Jesus Cardoso, teme que os funcionários desligados ontem também fiquem sem receber direitos como 13º salário, multa e férias, além do reajuste salarial de 9,8%, que é retroativo ao mês de outubro e ainda não foi pago.

— Há quatro meses, a mesma empresa demitiu os metalúrgicos do Estaleiro Mauá (Eisa PetroUm), e até hoje eles não receberam nada. A empresa já estava com dificuldades de pagar aos funcionários.

Só estava pagando até R\$ 3 mil por mês, mesmo a quem ganhava mais. Fomos totalmente surpreendidos pelos portões lacrados com chapa de aço e a carta. Queremos nossos direitos — diz Cardoso.

METALÚRGICOS TERÃO DE ESPERAR

Segundo Cardoso, ontem foi feita reunião com o presidente do estaleiro, Diego Salgado. Cardoso destacou que a empresa informou que entraria no mesmo dia com um pedido de recuperação judicial em razão de problemas financeiros causados por débitos de três armadores, e que os metalúrgicos terão de esperar.

Segundo fontes, o Eisa tinha contrato para construir um navio patrulha para a Marinha e duas embarcações de apoio para a Petrobras.

— A empresa disse que não está conseguindo se manter, mas que restaram alguns trabalhadores empregados que manterão o estaleiro vivo enquanto ele tenta se recuperar — contou o presidente do Sindimetal.

Procurado pelo GLOBO, o Estaleiro Eisa não quis dar informações sobre as demissões e sobre o pedido de recuperação judicial. Além do Eisa, outros estaleiros do Rio vêm cortando funcionários.

Segundo Edson Carlos Rocha, o Inhaúma, do grupo Enseada Indústria Naval, também pode ter de demitir duas mil pessoas por conta das incertezas envolvendo os contratos de construção de plataformas da Petrobras. Em Niterói, os estaleiros Aliança, UTC e Vard já dispensaram mais de 1,6 mil trabalhadores somente neste ano.

Em Angra dos Reis, o Brasfels, que já dispensou 500, prepara o corte de mais 1,5 mil trabalhadores até janeiro, já que não vem recebendo o pagamento da Sete Brasil pela construção das sondas do pré-sal, pois a companhia ainda não assinou o contrato de afretamento (aluguel) dessas sondas para a Petrobras.

Essa indefinição vem assolando outras empresas do setor, como os estaleiros Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde cerca de 5 mil metalúrgicos já perderam o emprego, e Maragogipe, na Bahia, com cerca de 7 mil demissões.

— Essa crise já é maior que a dos anos 1980. O problema é que somos extremamente dependentes da Petrobras. Tudo está sendo cancelado. Não há uma perspectiva positiva. O ano de 2016 vai ser péssimo.

Além disso, há a queda no preço do petróleo e a falta de credibilidade do país, que não consegue atrair investidores. Tudo aconteceu ao mesmo tempo — destacou Maurício Almeida, vice-presidente da Associação das Empresas Navais e Offshore de Niterói e São Gonçalo (Asscenon).

Já o Sinaval, que reúne as empresas do setor, contabiliza 22 mil demissões este ano no país. Em nota, o presidente da entidade, Ariovaldo Rocha, informa que “o principal impacto na saúde financeira das empresas do setor foi causado pela redução do preço do barril de petróleo, que resultou na queda das receitas da Petrobras, o principal contratante da indústria da construção naval. Estaleiros com contratos com a Petrobras, Transpetro e Sete Brasil sofrem dificuldades financeiras”.

Ação da Weg segue na 2ª prévia do Ibovespa, que mantém mudanças já anunciadas

14/12/2015 – Fonte: R7

A segunda prévia da carteira do Ibovespa que vai vigorar de janeiro a abril de 2016 manteve a entrada da ação da fabricante de motores elétricos e tintas industriais WEG, assim como as exclusões já anunciadas na primeira versão, conforme divulgado pela Agência Bovespa nesta quarta-feira.

A versão mais recente para o novo índice de referência do mercado acionário brasileiro manteve de fora os papéis da empresa de investimentos em imóveis comerciais BR Properties, da companhia aérea Gol e do banco Santander Brasil.

A fabricante de cigarros Souza Cruz também não fará mais parte do Ibovespa, uma vez que deixou de ser listada na bolsa neste mês após cancelamento de registro de companhia aberta.

Além disso, a nova prévia manteve a substituição da ação preferencial da operadora de telecomunicações Oi por seu papel ordinário.

A segunda prévia somou 61 ativos de 58 empresas, contra 64 ações de 61 empresas na atual carteira, que incluía Souza Cruz.

Sindicalistas e empresários debatem propostas para retomar crescimento econômico

14/12/2015 – Fonte: Agência Brasil

Representantes de centrais sindicais e empresariais debateram hoje (15) pela manhã sete propostas para retomada do crescimento econômico no país, apresentadas no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, em Brasília. Eles vão entregar o documento à presidenta Dilma Rousseff.

“Os sete pontos são muito convergentes e é uma agenda que traz um sentido de urgência. A urgência de interrompermos o momento de desemprego, de recuperarmos o ambiente de geração de emprego, de investimentos.

O importante é esta convergência entre a representação sindical e empresarial trabalhando junto para uma agenda de retomada de crescimento econômico”, afirmou o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, após o encerramento do encontro.

No início dos debates, Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentou o documento – Compromisso pelo Desenvolvimento – com as sete propostas de crescimento.

Consolidado em menos de um mês, as ideias são fruto de debates e já têm o apoio de cerca de 70 entidades, tanto sindicais quanto empresariais.

Entre as propostas estão a retomada dos investimentos públicos e privados em infraestrutura produtiva - com ampliação de instrumentos de financiamento; a ampliação dos investimentos no setor de energia; o destravamento do setor de construção; o aumento da produção e exportação da indústria de transformação; a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo; a ampliação do financiamento de capital de giro para as empresas e a adoção de políticas de fortalecimento do mercado interno.

Durante o debate, Antônio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), questionou o fato de o Brasil não usar os 370 bilhões de dólares que possui em reservas internacionais para amenizar os efeitos da crise econômica.

"Se temos, traz para cá. Poupança é para isso. Hoje temos 370 bilhões, inclusive a juros negativos, pagando para deixar esse dinheiro lá fora. Por que não pegam um pedaço grande disso e colocam aqui, para resolver os problemas, injetar no desenvolvimento?"

Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos, cobrou apoio e rapidez do governo para que a agenda seja posta em prática. "Um sentimento que nos une é o de inconformismo com a previsão de um ano de 2016 com redução forte de atividade econômica".

Luiz Moam, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, disse que o governo não deve parar de adotar medidas em função dos problemas políticos. "Devemos separar as questões políticas das econômicas. E o Congresso Nacional deve continuar votando as questões de caráter econômico", afirmou Moam.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, defendeu que o governo precisa mudar o eixo da política econômica. "Sem mexer na taxa de juros, nós não vamos sair da crise. Se não tiver aporte no financiamento, não vamos sair da crise. Temos que achar caminhos, achar soluções", disse.

Representantes dos aposentados também estiveram na reunião e ressaltaram a importância de participarem das discussões.

O ministro Armando Monteiro, da Indústria e Comércio, participou do debate e afirmou que as propostas apontam numa direção correta. Ele destacou o sentido de urgência na efetivação da agenda e falou sobre a importância do ajuste fiscal.

"A retomada [do crescimento econômico] se dará com o ajuste da correção fiscal. E este Fórum precisa efetivamente fazer uma interlocução com o Congresso Nacional e sinalizar a necessidade de que medidas absolutamente necessárias se completem".

Folha de pagamento de dezembro no eSocial estará disponível a partir do dia 21

14/12/2015 – Fonte: Agência Brasil

A Receita Federal informou hoje (15) que a folha de pagamento do mês de dezembro no eSocial estará disponível no [site www.esocial.gov.br](http://www.esocial.gov.br) a partir do dia 21. O Fisco orienta ainda que, caso o empregador constate erros de informação ou de cálculos para a geração do Documento de Arrecadação do eSocial (DAE), reabra a folha de pagamento, corrija os valores e a encerre para só então emitir o novo DAE. De acordo com a Receita, a simples reemissão do DAE não corrige o problema.

No dia 21, informou a Receita, será liberada também a nova funcionalidade de cálculo para o pagamento final do décimo terceiro salário, que deve ser pago aos empregados até o dia

20 de dezembro. A data limite para pagamento do DAE associado à competência dezembro/2015 e aos encargos associados ao 13º salário será 7 de janeiro de 2016.

No eSocial (Simples Doméstico), o empregador recolhe, em documento único, a contribuição previdenciária, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o seguro contra acidentes de trabalho e a indenização compensatória (multa do FGTS), além do Imposto de Renda dos empregados que recebem acima da faixa de isenção (R\$ 1.903,98).

Subsidiária da GM na Europa, Opel tenta fugir do dieselgate

14/12/2015 – Fonte: Automotive Business



O dieselgate, como ficou conhecido o escândalo desencadeado pela fraude no controle de emissões de carros diesel da Volkswagen, começa a bater forte também às portas da Opel, montadora alemã subsidiária da General Motors na Europa (que também atua com a marca Vauxhall no Reino Unido).

Dois testes independentes promovidos em outubro e novembro com a Zafira 1.6 diesel mostraram que, em certas condições, o carro emite mais poluentes do que o previsto pela legislação europeia.

A Opel nega o uso de qualquer software para burlar os testes de laboratório – como acontece no caso da Volkswagen –, mas esta semana promoveu uma tentativa de mudar o foco das notícias negativas.

Segundo comunicado divulgado pela Opel na terça-feira, 15, a fabricante informa que irá adotar em meados de 2016 o sistema catalítico SCR (pós-tratamento de gases) em todos os seus veículos diesel Euro 6, considerado mais eficiente para assegurar a conformidade de emissões de NOx de em testes realizados em condições de uso real, o chamado RDE (Real Driving Emissions), que passam a ser obrigatórios nos países da União Europeia a partir de 2017.

A partir do segundo trimestre de 2016, começando com o novo Astra, a fabricante também passará a divulgar dados de consumo de combustível e emissões de CO2 de seus veículos apurados em testes pelo ciclo WLTP (Worldwide Harmonized Light Vehicles Test Procedure), em método desenvolvido pela ONU com o objetivo de representar melhor a realidade dos usuários, além de globalizar os procedimentos para medir a eficiência de motores de veículos leves, que deverá substituir o padrão europeu NEDC (New European Driving Cycle) em 2017.

“Os eventos e discussões nas últimas semanas mostraram que existe enorme foco na indústria automotiva e agora é tempo de agir baseado no aprendizado que tivemos”, diz no comunicado Karl-Thomas Neumann, CEO do Grupo Opel.

“É óbvio para mim que a questão do diesel é um ponto de inflexão. O mundo não é mais como antes. Não podemos ignorar isso e está nas mãos da indústria automotiva mudar a percepção da nova realidade”, acrescentou.

RECALL VOLUNTÁRIO

Dois testes com a minivan Zafira 1.6 turbodiesel colocam a Opel na berlinda. O primeiro foi realizado em outubro pela German Environmental Relief (DUH), organização alemã ligada à proteção ambiental, que aferiu o veículo na Universidade de Ciências Aplicadas de Bern, na Suíça.

Segundo a DUH os ensaios teriam detectado que o carro emite 17 vezes mais NOx do que o permitido somente quando as quatro rodas estão em rotação, e atendiam os limites quando apenas as duas rodas dianteiras rodavam no dinamômetro.

Mais recentemente, outro teste realizado para o programa Panorama, da TV inglesa BBC, detectou o mesmo comportamento durante aferição realizada em laboratório na República Tcheca.

Mesmo negando as discrepâncias nos testes independentes, a Opel afirma que fará “uma ação voluntária de campo com 43 mil veículos, modelos Zafira Tourer, Insignia e Cascada, que rodam atualmente na Europa”, para executar “uma nova calibração” em seus motores diesel. A montadora ainda não foi convocada por nenhuma agência europeia para fazer um recall, como acontece com a Volkswagen.

A Opel negou o uso de software para burlar os testes, afirmou que em ambos os casos pediu sem sucesso o detalhamento dos procedimentos e dos carros utilizados. “Nossas análises nos últimos meses mostram que não temos instrumentos instalados nos nossos veículos para detectar se eles estão em testes de laboratório ou não.

Todavia, acreditamos que somos capazes de reduzir ainda mais as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) em nossos motores diesel Euro 6 com a tecnologia SCR, que vamos usar como padrão para atender o RDE”, destacou Neumann.

Renault do Brasil produz cabeçotes de motor para a Europa

14/12/2015 – Fonte: Automotive Business



A Renault do Brasil passou a exportar cabeçotes de motor 1.2 para a fábrica francesa de Douvrin. Os componentes, que também atendem a família de propulsores 1.0 que equipa modelos da marca vendidos localmente, são produzidos na fábrica da companhia em São José dos Pinhais (PR). O contrato é um dos maiores acordos de exportação da planta de motores da empresa na região.

Com o reforço da demanda europeia, o ritmo de produção na unidade dobrou para 4 mil cabeçotes por semana. O aumento garantiu a manutenção do terceiro turno da operação. Os motores 1.2 D4F fabricados em Douvrin equipam o Logan e o Sandero. Além disso, a

planta faz propulsores para a PSA Peugeot Citroën como um dos frutos da parceria entre a Renault e o grupo.

O anúncio de venda na Europa de cabeçotes feitos no Brasil acontece no mesmo dia em que a Volkswagen confirma a exportação de blocos para a produção de motores também na Europa.

VW exporta blocos de três cilindros à Alemanha

14/12/2015 – Fonte: Automotive Business



A Volkswagen do Brasil foi escolhida para exportar blocos para a produção de motores que equipam os modelos Polo e Up! na Europa. Os itens são produzidos na fábrica de São Carlos (SP) e enviados para a unidade de Chemnitz, na Alemanha.

Inicialmente, a parceria se estenderá até 2016 e engloba a exportação do bloco do motor 1.0 de três cilindros da família EA211 (foto). Até o fim deste ano serão enviados 46 mil blocos de motor.

A estimativa é de que sejam despachadas 90 mil unidades até 2016. “Desde 2012 a unidade de São Carlos tem recebido investimentos consistentes, que totalizarão aproximadamente R\$ 900 milhões até 2018. Os aportes são destinados especialmente à renovação das linhas de produção”, recorda o CEO da VW do Brasil, David Powels.

O bloco do 1.0 de três cilindros tem como principal vantagem o menor peso, por ser feito de alumínio. Comparado a um motor de mesma cilindrada, mas com quatro cilindros, por exemplo, o EA211 completo é 24 quilos mais leve.

O processo de usinagem (responsável por transformar os blocos e cabeçotes brutos de alumínio em peças acabadas) utiliza 80 vezes menos água que os métodos tradicionais e todo o material retirado é reciclado.

A fábrica de São Carlos produz motores das famílias EA111 e EA211 1.0 e 1.6 que equipam Voyage, Saveiro, Saveiro Cross, Fox, CrossFox, SpaceFox, Gol e Up! A unidade fabricou mais de 9,5 milhões de motores em 19 anos.